

EDUCAÇÃO: TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO CRITICAM PROJETO MÃOS DADAS



Representantes de instituições de ensino municipais e estaduais e de trabalhadores da educação cobram debates públicos com a participação das comunidades escolares antes da implementação do Projeto Mãos Dadas, do Governo de Minas. Essa foi a principal reivindicação apresentada durante audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada na quarta-feira, (05/05).

Segundo o Executivo estadual, o objetivo do projeto Mãos Dadas é que os municípios mineiros ampliem a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental nas unidades escolares. Essa ampliação se dará por meio da municipalização de escolas estaduais e da transferência de alunos da rede estadual para a rede municipal. O impacto financeiro para as cidades será amenizado, segundo o governo, pelo repasse de cerca de R\$ 420 milhões.

Logo no começo da reunião, o subsecretário de Articulação Educacional da Secretaria de Estado de Educação, Igor Rojas, ressaltou o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê que os municípios devem assumir a demanda do ensino dos anos iniciais, cabendo aos estados a responsabilidade pelo ensino médio. Ele citou o exemplo do Ceará, onde 99% da rede dos anos iniciais é de responsabilidade dos municípios.

“Este programa é bem estruturado e estamos conversando com a Associação Mineira de Municípios, o Conselho Estadual de Educação, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Também estamos conversando com cada prefeitura, que pode aderir, não aderir ou aderir parcialmente a essa iniciativa. Oferecemos acompanhamento pedagógico e cursos de capacitação para que os profissionais da educação possam lecionar em outros níveis de ensino, se assim desejarem”, explicou.

A assessora-chefe da subsecretaria, Patrícia Freitas, destacou que todos os professores terão garantia de poderem trabalhar no mesmo município em que atuam, sem precisarem se deslocar. *“Promovemos seminários com as prefeituras ao longo dos últimos meses, explicando todas as etapas do projeto. Não estamos obrigando nenhuma cidade a aderir. Teremos um período de transição de um ano, durante o qual o professor do Estado ficará cedido ao município para atender esses alunos, sendo pago pelo governo”,* afirmou.

Sindicalistas acreditam que municípios serão prejudicados

Apesar dos argumentos do governo favoráveis ao Mãos Dadas, Diego Oliveira, economista e coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), chamou atenção para o fato de que as reuniões com as prefeituras não contemplam os principais impactados pelo projeto: a comunidade escolar e os trabalhadores da educação.

"A descentralização do ensino tem de ser aprovada nas câmaras municipais, e a proposta desse projeto é de tirar essa etapa, algo absurdo. Em todos os governos anteriores em que isso foi feito sem diálogo com a população, sempre os principais prejudicados foram os alunos, familiares e professores. Como esse recurso vai ser distribuído? Quais os critérios metodológicos? E os municípios onde só houver uma escola estadual, aqueles profissionais vão trabalhar onde? São muitos detalhes a serem esclarecidos e que não foram divulgados", argumentou.

O economista alertou ainda que, apesar do recurso adicional anunciado, a maior parte dos municípios que optarem por aderir ao projeto terão prejuízos e serão obrigados a investir verbas municipais adicionais para cobrir as despesas dos alunos.

"Na rede municipal das 442 prefeituras que ofertam ensino nos anos iniciais e estão aptas a aderir ao projeto, atualmente é investido em média R\$ 7,7 mil por aluno. Se esse investimento se mantiver e for aplicado aos alunos que serão municipalizados, para se manter o nível da qualidade do ensino, o aumento na despesa será de 58%, com um deficit que pode chegar a R\$ 1,3 bilhão", assegurou.

Os cálculos tiveram como base o valor anunciado pelo Estado nesse processo de transição, dividido por cada município, o que dá pouco mais de R\$ 1 milhão por cidade. *"No projeto consta que esse repasse só será feito se o governo tiver dinheiro em caixa, um governo que está parcelando o 13º dos servidores públicos", complementou.*

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/2091/educacao-trabalhadores-da-educacao-criticam-projeto-maos-dadas> em 27/06/2026 08:47